

## **RELATO DA REUNIÃO NO DNPM DE 08/12/2008 -Análise da Crise no Setor Mineral-**

A reunião foi realizada no Auditório do DNPM. Teve início às 14 horas e término às 18 horas e 30 minutos. Dela participaram 64 pessoas. O Diretor-Geral do DNPM Miguel Nery apresentou o objetivo da reunião.

O Secretário Cláudio Scliar, usando da palavra por 30 minutos, discorreu sobre as realizações e ações da SGM/TM/MME, afirmando que o diálogo com o MMA ficou mais fácil, que não obstante a crise, existem alternativas para os brasileiros, que existem setores de risco, que deixava claro que a SGM/TM/MME mantém inteira a vontade de organizar o Pavilhão Brasil no PDAC no próximo ano, que, neste sentido, o Diretor da SGM/TM/MME Telton Correa estava encarregado de definir um outro formato de repasse da contribuição governamental ao Pavilhão. Finalizando sua exposição, informou que se ausentaria da reunião, para atender compromisso com o Ministro, o que provocou inconformidade entre os presentes, com protestos e apelo do Presidente da ADIMB, Douglas Arantes, para que permanecesse na reunião ou que a ela retornasse o mais breve possível. O Secretário prometeu retornar, e assim o fez às 16 horas.

O Dr. Luciano Borges relatou que estão ocorrendo invasões por garimpeiros de áreas de empresas que desativaram suas pesquisas no Tapajós, sem que o governo os impeça. Alertou que, no final da crise, enquanto que as 20 empresas que atuam em San Juan/Argentina retornarão às suas áreas, as 20 empresas do Tapajós terão perdido suas propriedades para o garimpo. O Secretário Scliar afirmou que ele não transige com desrespeito à Lei. Afirmou, também, que aos pequenos o braço do governo tem que ser maior. Após, o Diretor-Geral do DNPM, Miguel Nery, fez uma apresentação contendo dados sobre a crise atual, utilizando dados do Ministério da Fazenda. Informou também sobre reunião ocorrida no ICMBio, com o DNPM e representantes do SIMEOESPA (Elmer Prata Salomão e Onildo Marini) onde foi tratada a questão das FLONAS. Como resultado será constituída uma comissão com representantes do DNPM, ICMBio e IBAMA para proporem o equacionamento da questão. Informou, também, que a Casa Civil (Giles Carriconde de Azevedo) está sensível para a questão. Demonstrou o Diretor-Geral, com gráficos ilustrativos da LME, que, não obstante a forte queda ocorrida nos últimos meses no valor das commodities minerais, o valor atual está ainda acima do valor histórico.

A seguir, o Secretário Executivo da ADIMB, Onildo Marini, fez apresentação, discorrendo sobre a gravidade da crise no setor mineral, com ênfase na exploração mineral, onde mais de 100 geólogos já foram demitidos, e mais de uma dezena de empresas foram desativadas. Como exemplo dos efeitos da crise no setor apresentou dados sobre a queda no valor de mercado das “majors” do setor, de maio 2008 a dezembro 2008: BHP Billiton, de US\$ 247 Bi para US\$ 105 Bi (queda a 42,5%); VALE, de US\$ 150 Bi para US\$ 56 Bi (queda a 37,3%); ALCOA, de US\$ 34 Bi para US\$ 9 Bi (queda a 26,5%); assim como sobre a queda no valor das ações de algumas “juniors” de exploração mineral, de fevereiro 2008 a dezembro 2008, em dólares canadenses: VERENA, de 0,40 para 0,08 (a 20%); INV, de 1,20 para 0,18 (a 15%); BRAZAURO, de 0,75 a 0,15 (20%); VAALDIAM, de 0,52% a 0,02% (a 3,8%); e AURA MINERALS, de 1,70 (em Junho) para 0,12 (a 7,0%). Finalizou apresentando propostas da ADIMB para um “Programa Anti-cíclico para o Setor Mineral”, constando de:

- 1) Projeto preservação de mão de obra especializada:

- 1.1 - Terceirização de levantamentos geológicos pela CPRM.
- 1.2 - Pacote de bolsas de mestrado e doutorado em Exploração Mineral.

2) Projeto preservação das empresas de exploração mineral - medidas de incentivos:

- 2.1-Equacionamento urgente das questões legais para pesquisa e exploração mineral em Unidades de Conservação;
- 2.2-Suspensão da cobrança da TAH em áreas bloqueadas pelo IBAMA, com prorrogação dos prazos dos alvarás de pesquisa e devolução das taxas pagas;
- 2.3-Liberação expedita de Guias de Utilização;
- 2.4-Criação de linhas de créditos para o setor mineral no BNDES.

3) Suspensão das propostas de aumento de impostos sobre commodities minerais.

4) Suspensão da proposta de revisão do marco regulatório.

A seguir foram abertos os debates com os participantes.

## **DEBATES**

O Diretor do IBRAM, Marcelo Tunes, informou que 47 entidades no Brasil, realizaram um manifesto sobre a possibilidade do aumento da CFEM. O manifesto foi distribuído na reunião. Sobre a suspensão do marco regulatório, alertou que a preocupação dos investidores é, na realidade, a incerteza sobre as medidas que podem ser adotadas pelo governo.

A ADIMB, por intermédio do seu Presidente, Douglas Arantes se manifestou em apoio ao IBRAM, visto que a preocupação de todos no setor é a mesma. Espera que as empresas não sejam consultadas só quando for tarde demais; o que poderia resultar num Código desastroso, que poderia reeditar o “apagão mineral” de 1988. Ocorreria então um forte decréscimo da atividade econômica do setor, somando, além da crise internacional, uma crise interna do setor. Pode ser um tiro no pé.

O Presidente da *Áurea Minerals*, *Horácio Bertoni*, informou que já investiu 60 milhões em seus projetos, e relatou que a incerteza sobre os *royalties futuros* está levando à indefinição de investimentos e de implantação do Projeto Arapiraca, vez que torna impossível o estudo de viabilidade econômica, indispensável para obtenção de empréstimo de R\$ 400 Milhões, necessário para implantar a mina.

A Diretora da SGM/TM/MME, Maria José Salum, informou que o assunto do marco regulatório ainda está sendo discutido em âmbito restrito, sendo que a Secretaria ainda está realizando estudos sobre o tema; que a SGM/TM/MME não irá atropelar a proposta. Um participante da reunião questionou, de forma contundente, sobre a gestação ou não de um novo Código de Mineração. A Diretora Maria José respondeu que estão sendo discutidos os princípios norteadores deste marco, e não um formato legal.

O Diretor Presidente da Verena, Elmer Prata Salomão, informou que em entrevista concedida o Ministro Edison Lobão comparou o setor mineral ao setor do petróleo, o que não é aceitável, em razão deste último ser um monopólio. Além disso, que existe uma

idéia errônea do próprio MME sobre as atividades minerárias. Que se sentiu indignado ao ler declaração do Ministro Edson Lobão de que “esperto ganha jazida no DNPM”.

O Diretor da Brazauro, Geólogo Elton Pereira, relatou que informações absurdas têm sido publicadas na mídia (Gazeta Mercantil) e que não têm sido contestadas pelos representantes governamentais. A mídia tem transmitido idéias de que a atividade mineral desrespeita a legislação no Brasil, o que é um absurdo, vez que o DNPM é rigoroso na observação do Código de Mineração vigente.

O Diretor Geral Adjunto do DNPM afirmou que as crises têm sido freqüentes e bem superadas pelo setor mineral brasileiro. Lembrou, por exemplo, a curva da morte. A preocupação é realmente com a ação setorial a ser assumida.

O Presidente da APROMIN, José Mendo de Souza, informou que 5 questões básicas devem ser consideradas:

- a) “tirar da gaveta” o programa nacional de incentivos à mineração;
- b) fazer da crise um *new deal* brasileiro, devendo ser urgentemente melhorada a infraestrutura nacional, e agir, para isso, junto ao Congresso Nacional;
- c) usar a crise como vantagem visando financiamentos; viabilizar o uso da jazida como garantia de investimento;
- d) agir para deter ações concatenadas dos anti-mineração com relação à ampliação de áreas protegidas no Brasil (deter, por exemplo, a proposta de tombamento da Serra da Moeda); havendo uma absoluta necessidade do setor federal mineral mostrar que as lideranças da área minerais devem ser ouvidas, devendo haver uma inserção profunda com as questões ambientais; e
- e) dar maior visibilidade do setor mineral e maior integração com a área ambiental.

O Diretor Presidente da Mapex, Marcelo Pinto, em depoimento dramático, informou que 7 empresas que atuavam na Província Aurífera do Tapajós já fecharam, inclusive a sua; ressaltou as divergências entre as políticas do setor mineral e dos órgãos ambientais, que não compreendem o que significa pesquisa mineral. Afirmou que os Alvarás de Pesquisa nas áreas bloqueadas continuam sendo pagos pelas empresas, sem que tenham acesso às mesmas por impedimentos da área ambiental; que as empresas não têm recebido retorno do MME para o caso. Informou que esteve na Casa Civil expondo as dificuldades dos mineradores do Tapajós. Indagou onde estão as promessas feitas no Simpósio de Itaituba? Onde estão as ações prometidas?

O Secretário Cláudio Scliar, de retorno à reunião, esclareceu que, quando assumiu o governo em 2003, acompanhou o caso da *Gold Field*, que foi impedida de realizar atividades produtivas em razão da criação de uma Flona. Os órgãos ambientais não aceitaram a argumentação de “potencial” mineral, enquanto, por outro lado, demonstraram a existência de fauna e flora específica na Flona. Citou o estudo da relevante exploração mineral, que está preste a ser publicado. Assim, disse que está ciente da problemática descrita.

O Diretor da Mapex, Marcelo Pinto, disse que foi questionado na Casa Civil sobre a participação do MME nas audiências públicas. A Diretora Maria José Salum contestou, informando que semanalmente o MME tem sido consultado sobre a criação de UCs. Hoje, estão sendo criadas inúmeras pequenas UCs. O MME tem mapeado cada nova UC e tem evitado a palavra Direito Minerário, e, em todos os pareceres, tem sido citado a expectativa de direito. O MME tem contextualizado sócio-economicamente as áreas frente às UCs. Entretanto, aos pareceres do MME são anexados os pareceres do setor de energia, conformando a posição do MME. Em sua opinião, no caso da BR 163, ninguém lutou tanto por uma área como o MME. Além disso, parte do que foi conseguido no Tapajós se deve também às empresas de pesquisas. Hoje, o pessoal que pede um TAC para o setor agrícola, não se manifestou à época. Infelizmente, o setor mineral, como um todo deixou passar a Lei do SNUC, onde a mineração ficou extremamente prejudicada, inclusive em um artigo que determina que só poderão ocorrer atividades econômicas após o plano de manejo. Entretanto, não estão sendo contempladas, nas UCs, as informações sobre a geodiversidade local. Assim, o MME tem trabalhado constantemente, como foi o caso do Decreto de Cavernas. Informou que tem 13 entidades sindicais e ONGs no CONAMA e apenas um representante do MME.

O Sr. Douglas Arantes, falando como Presidente da Amazônia Mineração, dizendo considerar o DNPM a casa do minerador, sugeriu a criação de uma comissão conjunta para que, rapidamente, sejam apresentadas propostas concretas ao governo. Além disso, sugeriu a criação do Conselho de Mineração, para que o setor mineral participe das decisões políticas importantes.

O Dr Luciano Borges afirmou que é na crise que a gente cresce; que não se consegue combater crise aumentando impostos. Solicitou o fortalecimento do setor e a redução do custo das taxas.

O Diretor da VALE, Fernando Greco, afirmou que o alto custo das taxas causa um forte impacto negativo no setor de exploração mineral; que a VALE vai ter que diminuir as sondagens para ter dinheiro para pagar as taxas previstas. Considera que a discussão do Marco Regulatório neste momento só vai dividir o setor; só traz insegurança; só assusta e afasta investidores. Para ele o meio-ambiente é um calvário. É a questão mais dramática para as empresas. Informou que o Estado do Pará, agravando a situação, instituiu a necessidade de licença estadual para cada sondagem.

Respondendo à proposta da ADIMB, o representante da CPRM afirmou que a empresa possui este ano R\$ 300 Milhões para mapeamentos geológicos e geofísicos, não havendo problemas em receber o apoio da iniciativa privada nos mapeamentos geológicos. Afirmou também que o setor ambiental não quer ouvir o setor mineral, e que deveria ocorrer uma real valoração do superficiário.

O Dr. Sérgio Jacques ressaltou que falta, efetivamente, dinheiro para a pesquisa mineral, e que isto deve ser tratado como uma questão central.

O Secretário Scliar esclareceu, sobre o novo MARCO REGULATÓRIO, que, com a chegada do Ministro Lobão, houve uma oportunidade de serem realizadas as mudanças necessárias no setor, sem medo de ser feliz.

Lembrou o novo Marco Regulatório da Energia Elétrica. Ressaltou, entretanto, que por mais importante que seja o setor, existem outros interesses sociais que disputam espaço. A perspectiva é de que o novo Marco para o setor mineral seja, até junho, enviado ao Congresso Nacional, havendo dois meses, antes do envio, para que o setor mineral seja consultado sobre o anteprojeto, por meio, inclusive, de uma Consulta Pública.

O Sr. Marini, da ADIMB, afirmou que há um impasse entre MME e MMA criando uma anulação de forças, que prejudica o setor mineral. Que necessitamos somar forças dentro do setor e com outros aliados, inclusive, se possível, com a Casa Civil. O Ministro Lobão, ponderou o Sr. Marini, não conhece o setor, o que tem dificultado o andamento das questões. Alertou que, por esta razão, toda e qualquer mudança danosa ao setor que possa ocorrer em razão do novo Marco Regulatório será atribuída pela comunidade do setor diretamente à SGMNT/MME e ao DNPM, daí a maior responsabilidade de seus dirigentes. O Secretário Executivo da ADIMB, reafirmou, agora na presença do Secretário Cláudio Scliar, que o setor mineral empresarial legalmente constituído, neste momento de forte crise, necessita um grau de atenção e de esforço por parte da SGMNT/MME, do DNPM e da CPRM, na busca de soluções para os entraves que dificultam ou impedem a exploração mineral, da mesma ordem e intensidade daqueles dedicados pelas referidas instituições, nos últimos anos, aos arranjos produtivos locais de base mineral (garimpos).

O Dr. Guilherme, da Votorantim, relatou que a empresa tem percebido que, além das criações das UCs, há um outro fator problemático, que é o percentual de 80% das áreas de reserva legal nas propriedades privadas, o que também tem afetado a pesquisa mineral. Outro ponto importante que tem cerceado as atividades da Votorantim são as restrições em faixa de fronteiras. Com relação à falta de dinheiro, afirmou que ela existe, mas deve ser dada a devida importância às questões de meio ambiente.

O Diretor-Geral do DNPM, Miguel Nery, respondendo às várias demandas, informou que a Ministra Dilma, quando Ministra do MME, cobrou mudanças no setor, e que foi contratada a FIA para elaboração de projetos. Quando o Ministro Lobão entrou, substituindo o Ministro Interino, em 28 de janeiro de 2008, sinalizou que haveria mudanças na área de mineração. Entretanto, alguns cenários, como o pré-sal, acabaram criando obstáculos para acelerar os interesses de discussão no DNPM. Entretanto, ressaltou que é importante, após um consenso, alertar a Comissão de Minas e Energia na Câmara, além de serem encaminhadas sugestões aos superiores dos ministérios. Falou da necessidade de envolver a Comissão de Minas e Energia do Congresso na discussão, bem como o discurso atual do governo frente à crise, de que não podemos parar a atividade econômica.

A Diretora Maria José ressaltou a importância da discussão da IN 152, e que o Tapajós não foi esquecido pelo MME. Afirmou ainda que o Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais têm sido responsáveis por inúmeros casos de paralisação de atividades, como foi o caso da Serra da Canastra/MG. O que resolveu o caso foi a participação da população local, pois um grupo de parlamentares do Estado agiu juntamente com o MME e a Casa Civil. A Agenda 21 Mineral seria uma solução a ser utilizada, reforçando-se as parcerias com as comunidades locais. Foi feita uma proposta ao IBRAM, para que princípios e diretrizes dessa Agenda sejam ampliados para todo o Brasil. O IBRAM solicitou tempo para discutir com seus associados. A proposta do MME, entretanto, está mantida, no sentido de que sejam trabalhadas, localmente, as vantagens das atividades minerárias. Deu o exemplo de Congonhas, onde a CSN, a Gerdau e a VALE fazem parcerias com a sociedade.

O Sr. Dennis Moore, Diretor da Magellan, deu testemunho sobre sua experiência em outros países (Austrália, Bolívia, USA, Peru, México e Nova Zelândia). Relatou que em todos onde trabalhou o direito de prioridade existe, que é a base para a pesquisa mineral em todo o mundo. Que há grande preocupação das empresas de pesquisa sobre a possível eliminação do direito de prioridade no Brasil. Afirmou que o setor não pode deixar passar esta proposta; que precisa agir. Finalizou com um apelo para que o novo Marco Regulatório não inclua a eliminação do direito de prioridade.

O Diretor do IBRAM, Marcelo Tunes, ressaltou que, à medida que o processo se amplia, há uma tendência de cristalização dos conceitos no governo. Isto pode acarretar na elaboração de uma política de governo, e não de uma política pública. Afirmou que o modelo atual do Marco Regulatório tem funcionado bem por várias décadas, e há que se ter muito cuidado com as alterações a serem realizadas. O Dr. Marcelo disse que a conversa entre o governo e o setor privado deve ser realizada o mais breve possível. Disse-se preocupado com possíveis pontos deneméritos da proposta de novo marco, como o fim do direito de prioridade e o estabelecimento de prazo para a lavra. Lembrou que o marco atual está dando certo há 75 anos.

A Geóloga Cristina Bicho, do DNPM, ressaltou que a situação interna no MME é de pouco pessoal. O DNPM também precisa apoiar a causa com maior número de funcionários. Foi consenso de que um número muito maior de funcionários da SGM/TM/MME, DNPM e CPRM deve ser envolvido no acompanhamento das questões ambientais de interesse do setor mineral, pois ficou evidente que a Diretora Maria José Salum, com o apoio que hoje dispõe, não tem condição de estar presente em todas as reuniões que tratam do assunto.

O Presidente da ADIMB, Douglas Arantes, sugeriu que a Secretaria e o DNPM solicitassem à Casa Civil uma abordagem supra-ministerial no caso da problemática ambiental. Sobre a questão do Marco Regulatório, afirmou haver desinformação dos próprios funcionários do MME. Assim, para o setor, não há transparência no processo. O Secretário e o Ministro Lobão correm o risco de criar uma proposta com três cabeças, com grande risco de um apagão mineral semelhante ao de 1988..

O Diretor de Fiscalização do DNPM, Walter Arcoverde, afirmou que haverá uma crise significativa de demanda e de crédito, resultante da especulação financeira. Ressaltou que a estrutura interna precisa ser reforçada.

O Diretor da Brazauro, Elton Pereira, relatou a reunião que ocorreu, em Itaituba/ Pará, na sexta-feira, entre o funcionário do ICmbio responsável pela Flona Amana e alguns representantes do setor mineral. Apesar das divergências entre o ICmbio e as empresas, o representante do ICmbio solicitou que fossem indicadas as áreas mais importantes para a pesquisa e mineração. Relatou que há intenção do SIMIOESPA, inclusive, de questionar judicialmente os Planos de Manejos das Flonas, visto que estes são dirigidos para a área florestal e não estariam contemplando as potencialidades minerais; isto na maior província aurífera do Brasil.

O Diretor Geral Adjunto do DNPM, João César, respondeu que ele só verifica dois caminhos – identificar as incongruências que existem entre o Código de Mineração e a Lei do SNUC, e, por outro lado, ser realizada uma reunião entre o Ministro Lobão e o Ministro Minc. Em relação à Casa Civil considera ser importante que os interesses do setor sejam mapeados de forma mais precisa, a fim de que se tenha uma proposta mais concreta antes de ser levada a questão à Casa Civil.

Por fim, o Secretário Scliar, encerrando a reunião,, comentou de forma genérica as propostas da ADIMB. Afirmou que a Casa Civil tem articulado questões deste tipo. Que o

Secretário Executivo Adjunto da Casa Civil, Geólogo Giles Carriconde de Azevedo, tem sido um apoio fundamental, mas que há setores com maiores problemas, como o setor hidroelétrico e de gás. Lembrou que o acesso formal à Casa Civil é hierárquico; e que temos, também no Secretário Executivo do MME, Marcos Zimmermann, um aliado. Informou sobre a dificuldade em ter representantes do MME em todas as reuniões. Sobre as propostas apresentadas pela ADIMB, ressaltou que os projetos para mão de obra especializada podem ser bastante interessantes, e que poderia ser articulado o contato com o BNDES com o apoio da Secretaria. Além disso, que, no caso da CEFEM, existem divergências jurídicas que podem ser exploradas pelas empresas: que a SGM/TM/MME é contra a reforma tributária desde o início; e que não irá suspender a proposta de novo marco regulatório.

O Secretário Cláudio Scliar informou ,também, que realizará uma reunião interna para avaliar os resultados da discussão.

Brasília, 09/12/2008

AXIA Consultoria Ambiental

ADIMB